



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

FACULDADE DE HISTÓRIA

LICENCIATURA EM HISTÓRIA

JOSYLENE DA GLORIA SOUZA DA ROCHA

**RESSIGIFICANDO A CIVILIZAÇÃO: A DIMENSÃO SIMBÓLICA NA TROCA
DE OBJETOS ENTRE BRANCOS E ÍNDIOS NA AMAZÔNIA DO SÉCULO XIX**

BELÉM – PA

2025

JOSYLENE DA GLÓRIA SOUZA DA ROCHA

**RESSIGIFICANDO A CIVILIZAÇÃO: A DIMENSÃO SIMBÓLICA NA TROCA
DE OBJETOS ENTRE BRANCOS E ÍNDIOS NA AMAZÔNIA DO SÉCULO XIX**

Trabalho de Conclusão de Curso em forma de Relatório Final de Bolsa de Iniciação Científica PIBIC UFPA apresentado à Faculdade de História da Universidade Federal do Pará como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em História.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Couto Henrique

BELÉM – PA

2025

FOLHA DE APROVAÇÃO

ROCHA, Josylene da Gloria Souza da.

Ressignificando a civilização: A dimensão simbólica na troca de objetos entre brancos e índios na amazônia do século XIX.

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de Relatório Final de Bolsa de Iniciação Científica PIBIC UFPA apresentado à Faculdade de História da Universidade Federal do Pará como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em História.

Aprovado em ____ de _____ de 2025.

Prof. Dr. Márcio Couto Henrique – Orientador

Prof(a). _____

Prof(a). _____

BELÉM – PA

2025

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todas as etnias que, com coragem e sabedoria ancestral, resistem ao apagamento das próprias histórias. Aos povos indígenas da Amazônia, cujas vozes ecoam nas águas dos rios e no sussurro das florestas, inspirando não apenas esta pesquisa, mas um novo modo de ver — mais justo, mais digno — o passado que ainda pulsa .

Este trabalho é também dedicado à todas as mães que se vestem de coragem para contrariar um sistema que insiste em nos excluir.

Que nossa luta pela permanência no ensino superior rasgue os muros que cercam a maternidade e ocupe, com potência, o espaço que é nosso por direito: a universidade.

Ela também é nossa — e dos nossos pequenos.

Carrego comigo a força dos que vieram antes, a bênção dos que caminham comigo e o sonho dos que ainda virão.

Esta vitória é ancestral.

AGRADECIMENTOS

À minha filha, Maria Helena — minha força motriz, meu renascimento.
Chegaste como um acontecimento histórico, rasgando o tempo e me ensinando que é possível ser abrigo e tempestade, raiz e voo, amor e coragem.
Te amo além desta vida.

Ao meu pai, que plantou em mim a semente da confiança antes mesmo de eu saber sonhar, e me deu asas e céu suficiente para voar alto.
Seu apoio foi o vento que me impulsionou a alcançar horizontes que eu sequer imaginava.

À minha mãe, que me alfabetizou no colo do afeto, ensinando-me a ler não só as letras, mas também a coragem escondida em cada gesto.
Seu amor é o alicerce da minha força.

Aos mestres e mestras que cruzaram meu caminho com saberes generosos — em especial ao Professor Dr. Márcio Couto, cuja escuta sensível me ofereceu alento e chão quando quase não havia mais estrada.

Que eu possa ser, um dia, uma professora tão acolhedora quanto você.

Ao Programa **PIBIC/CNPq**, instituição de fomento à pesquisa, que, por meio da bolsa de iniciação científica, me proporcionou os subsídios necessários para realizar esta pesquisa.

Aos meus amigos Jean Carlos e Adriano Mendes, meu trio de resistência, que tornou leve o peso dos dias difíceis e me fez rir quando eu mais precisei.

Obrigada por toda a cumplicidade e partilha.

À minha amiga Júlia, que me viu inteira, mesmo depois da maternidade, e por todo o carinho dedicado a mim e à minha filha. Quem tem a sua amizade tem muito.

E um agradecimento especial — e profundamente amoroso — ao meu companheiro de vida, e em breve Doutor em História, **Gabriel Borges Souza**: obrigada por cada gesto de afeto, por cada palavra de incentivo e por construir comigo este lar de sonhos. Amo você.

Aos meus guias espirituais — presença sutil e poderosa — que me conduziram com luz pelas sombras, reescrevendo minha história com amor e me permitindo viver o melhor da vida.

Minha força também vem de longe. **Laroyê!**

RESUMO

Este trabalho analisa o protagonismo indígena nas relações de troca entre as etnias indígenas e agentes coloniais na Amazônia no século XIX. A partir de fontes documentais e relatos de viajantes, a análise privilegia a agência indígena na apropriação simbólica de objetos trocados com os brancos. Propõe-se uma leitura que rompe com a narrativa tradicional de passividade dos povos originários, destacando práticas de resistência, negociação e ressignificação cultural. Através de uma abordagem historiográfica crítica, busca-se compreender como os povos indígenas instrumentalizaram tais relações em benefício próprio, mantendo certa autonomia em meio às políticas civilizatórias do Estado e da Igreja.

Palavras-chave: Protagonismo indígena. Trocas culturais. Amazônia. Século XIX. Resistência.

ABSTRACT

This paper analyzes Indigenous protagonism in trade relations with colonial agents in 19th-century Amazonia. Drawing on documentary sources and travelers' accounts, the study emphasizes Indigenous agency in the symbolic appropriation of exchanged objects. It challenges traditional narratives of Indigenous passivity by highlighting practices of resistance, negotiation, and cultural reinterpretation. Through a critical historiographical approach, the work explores how Indigenous peoples leveraged these exchanges to maintain autonomy amid state and church civilizing policies.

Keywords: Indigenous protagonism. Cultural exchange. Amazon. 19th century. Resistance.

¹ Trabalho apresentado como relatório final de bolsa de iniciação científica no período de 2019-2020 com o projeto intitulado: “Negociação e conflito: os modos de troca de objetos entre índios e viajantes na Amazônia do século XIX”.

SUMÁRIO

<u>1. INTRODUÇÃO</u>	1
<u>2. O PROTAGONISMO INDÍGENA NAS TROCAS: ESTRATÉGIAS, SIMBOLISMOS E ARTICULAÇÕES</u>	5
<u>3. TROCAS, VIOLÊNCIAS E SIGNIFICAÇÃO CULTURAL: MEDIAÇÕES INDÍGENAS NA AMAZÔNIA DO SÉCULO XIX</u>	12
<u>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	19
<u>5. REFERÊNCIAS</u>	23

Ressignificando a civilização: A dimensão simbólica na troca de objetos entre brancos e índios na amazônia do século XIX.

Josylene da Gloria Souza da Rocha

Professor Dr. Márcio Couto Henrique

Faculdade de História

Universidade Federal do Pará

RESUMO

Este relatório foi feito através do projeto de pesquisa “Negociação e conflito: os modos de troca de objetos entre índios e viajantes na Amazônia do século XIX” buscando examinar o protagonismo indígena nas relações de troca entre as etnias indígenas e agentes coloniais na Amazônia no século XIX. A partir de fontes documentais e relatos de viajantes, a análise privilegia a agência indígena na apropriação simbólica de objetos trocados com os brancos. Propõe-se uma leitura que rompe com a narrativa tradicional de passividade dos povos originários, destacando práticas de resistência, negociação e ressignificação cultural. Através de uma abordagem historiográfica crítica, busca-se compreender como os povos indígenas instrumentalizaram tais relações em benefício próprio, mantendo certa autonomia em meio às políticas civilizatórias do Estado e da Igreja.

Palavras-chave: Protagonismo indígena. Trocas culturais. Amazônia. Século XIX. Resistência.

ABSTRACT

This report-article is based on the research project “Negotiation and Conflict: Modes of Object Exchange between Indigenous Peoples and Travelers in 19th Century Amazonia,” aiming to examine Indigenous protagonism in trade relations with colonial agents. Drawing on documentary sources and travelers' accounts, the study emphasizes Indigenous agency in the symbolic appropriation of exchanged objects. It challenges traditional narratives of Indigenous passivity by highlighting practices of resistance, negotiation, and cultural reinterpretation. Through a critical historiographical approach, the work explores how Indigenous peoples leveraged these exchanges to maintain autonomy amid state and church civilizing policies.

Keywords: Indigenous protagonism, cultural exchange, Amazon, 19th century, resistance.

1- Introdução

No século XIX, com a intensificação das expedições e a expansão do projeto colonial, a Amazônia se tornou palco de um intenso contato entre os povos indígenas e os agentes europeus, como naturalistas e viajantes. Esses últimos, em sua maioria, dependiam dos indígenas para a navegação em rios e florestas até então desconhecidas por eles. Os indígenas, fundamentais para o sucesso dessas expedições, participaram ativamente desse processo, mediando as interações entre o mundo europeu e suas próprias culturas.

Esta pesquisa tem como objetivo analisar o protagonismo indígena nas dinâmicas de troca entre populações nativas e agentes coloniais na Amazônia do século XIX. Para tanto, propõe uma revisão crítica da narrativa hegemônica que, ao longo da história, retratou os povos indígenas como passivos e sem agência nas relações com os colonizadores. Através de relatos de viajantes oitocentistas, documentos administrativos e bibliografia especializada, busca-se superar uma visão puramente economicista das trocas de objetos, destacando sua dimensão simbólica, a capacidade de ressignificação e a agência sociocultural dos indígenas neste processo.

Neste contexto, os povos originários são vistos como sujeitos históricos ativos, que, ao interagir com os objetos materiais trazidos pelos colonizadores, demonstraram uma capacidade interpretativa, seletiva e estratégica. Elementos como miçangas, machados e outros artefatos, frequentemente usados no contexto das missões, são analisados não apenas como ferramentas de sedução civilizatória, mas também como meios de apropriação simbólica, reinvenção de tradições e resistência cultural. A reflexão de Maria Regina Celestino de Almeida (2013) sobre as transformações indígenas, entendidas como processos de adaptação diante do colonialismo, e a proposta de Márcio Couto Henrique (2016, p. 209) sobre a complexidade simbólica dos objetos trocados, contribuem para uma análise mais profunda dessas trocas quando enfatiza: "tantas vezes definidos como bugigangas e quinquilharias, objetos sem nenhum valor, os brindes dados aos índios exigem do historiador leitura que vá além do seu valor comercial"

Com o avanço da colonização e a crescente relação entre indígenas e não indígenas, as trocas de objetos entre viajantes, naturalistas e representantes do Estado imperial com diversos povos indígenas se tornaram um campo importante de observação. Esses objetos, adquiridos por muitos desses viajantes, foram posteriormente incorporados a acervos em museus no Brasil e no exterior. As trocas nem sempre ocorreram de maneira consensual; em muitas situações, os viajantes recorreram à violência – seja física, seja simbólica – para se apropriar dos bens indígenas. Este estudo visa explorar as dinâmicas de violência, negociação e conflito entre indígenas e viajantes, destacando, no entanto, que os indígenas não foram meras vítimas nesse processo. Eles desempenharam um papel

ativo, reinterpretando os objetos trocados e as interações com os colonizadores, demonstrando resistência, mediação e adaptação cultural.

Assim, a análise dessas trocas revela que, mesmo diante das assimetrias de poder e da violência estrutural do colonialismo, os povos indígenas exerceram um protagonismo significativo, subvertendo as tentativas de dominação e adaptando as estratégias de conversão e disciplinamento impostas pelo Império. A criação dos aldeamentos indígenas, como os do Xingu, São João do Araguaia e Rio Jari, a partir de 1841, marcou um novo ciclo de políticas indigenistas pós-Cabanagem. Tais políticas, formalizadas com o Regulamento das Missões de 1845, incluíam a concessão de brindes, ou "mimos", como uma forma de atrair e fidelizar os indígenas aos programas civilizatórios do Império. A legislação reflete a intenção do Estado em moldar as relações interétnicas, mas também revela como os indígenas utilizaram essas trocas para afirmar seus próprios interesses e estratégias culturais.

Os documentos da época, como o relato do missionário José Antônio Álvares em 1844, confirmam a eficácia dos brindes na mediação das relações com os indígenas. De acordo com Álvares, "sempre os indígenas foram e são interesseiros e mais se consegue deles a mansidão e a amizade, o respeito e simpatia com brinde do que com palavras". Essa observação, longe de ser apenas uma constatação etnográfica, revela o papel estratégico dos indígenas nas trocas de objetos, mostrando como essas relações foram moldadas por suas próprias lógicas culturais e de resistência.

A pesquisa se desenvolve a partir da análise de fontes primárias e secundárias, incluindo relatos de viajantes, documentos administrativos e correspondências oficiais. Essa abordagem permite compreender as dinâmicas simbólicas, culturais e econômicas que caracterizaram as interações entre indígenas e colonizadores, evidenciando o protagonismo indígena nas trocas e nas negociações que marcaram a história da Amazônia no século XIX.

2. O protagonismo indígena nas trocas: estratégias, simbolismos e articulações.

Segundo relatos de viajantes do século XIX, os povos indígenas da Amazônia demonstravam notável capacidade de articulação durante processos de negociação, contrariando a visão equivocada de ingenuidade comumente atribuída a esses grupos. Os indígenas possuíam interesses próprios e sabiam negociar estrategicamente com não indígenas. Um exemplo claro dessa postura é apresentado por Wallace, que descreve de forma objetiva um processo de troca:

“Entabulei negociações com o Tuxaua, propondo-lhe um régio pagamento por um grande ubá que lhe pertencia. Meu preço, por fim, foi aceito: um machado, uma camisa, uma calça, duas machadinhas e um pequeno lote de contas.” (Wallace, 1979 [1853], p. 216).

As trocas, vistas como “brindes” pelos missionários no âmbito da catequese, assumiam, no entanto, o caráter de negociação quando observadas sob a perspectiva de regatões e viajantes, que necessitavam de mão de obra indígena para transporte e coleta de amostras. Assim, os objetos envolvidos nesses processos não eram meramente presentes, mas instrumentos de mediação cultural e econômica.

O protagonismo indígena nessas interações é também evidenciado no relato do missionário José Antônio Álvares, que afirma que os Munduruku, motivados pelo acesso às mercadorias dos não indígenas, realizavam frequentes visitas às autoridades provinciais do Pará e do Amazonas (convertida em província após 1850). Em 1842, o missionário observa a diminuição das visitas dos Axipai e Taconhapé, atribuindo isso à ausência de objetos com os quais pudesse “entreter” os indígenas “até perderem o amor das selvas”. Tal constatação reforça a importância dos brindes nos processos de aldeamento, migração e até mesmo na construção de acordos de paz entre os indígenas e as autoridades coloniais.

As estratégias indígenas também se manifestavam nos rituais de batismo promovidos pelos missionários. Márcio Couto Henrique (2013) aponta que os Munduruku de Itaituba, por exemplo, pareciam menos interessados nos presentes dados por padrinhos brancos, e mais preocupados em manter certo controle sobre as relações estabelecidas via compadrio. Segundo Pedro Vicente de Azevedo, o indígena, ao ser batizado já na idade adulta, muitas vezes solicitava novo batismo anualmente com o objetivo de receber novos brindes. Quando isso já não era possível em uma freguesia, ele se deslocava a outras em busca de novos padrinhos (PARÁ, 1875, p. 56).

Essa prática evidencia a agência indígena em manipular os mecanismos coloniais em seu benefício. No relatório de Manoel da Silva Paranhos Velozo, datado de 15 de agosto de 1844, tal estratégia é igualmente observada:

“É constantemente variada e incerta a quantidade dos indígenas que só concorrem à missão por visita e espírito de curiosidade, atraídos pelo desejo de receberem algum presente. O que conseguido, retiram-se novamente para os seus alojamentos, ficando o missionário reduzido às pessoas do seu séquito.” (PARÁ, 1844, p. 16).

Márcio Couto Henrique (2013) também destaca a astúcia dos Tembé do rio Capim, que, acompanhados de missionários ou diretores, se apresentavam como “coisa nova” — ou seja, como recentemente aldeados — com o intuito de obter brindes do governo.

Nos relatos dos viajantes, torna-se evidente que os indígenas estavam plenamente conscientes das dinâmicas de troca. O general Cerqueira, por exemplo, afirmou:

“Os índios quase nunca dão sem pedir. Como não conhecem o valor das coisas, fazem, às vezes, exigências absurdas. Foi o que aconteceu com o meu simpático anfitrião, que apontou para a minha faca de mato, com o cabo de prata cinzelada.” (Cerqueira, 1928).

As embarcações utilizadas por viajantes eram cuidadosamente abastecidas com os objetos mais desejados pelas populações indígenas, conforme descrito por Wallace:

"A embarcação estava bem sortida com os artigos mais cobiçados pelos moradores semicivilizados ou selvagens do alto Rio Negro. Havia diversos fardos de roupas de algodão grosseiro e de chita barata, panos estampados de cores vivas e padronagens vulgares, fazendas de algodão xadrezado ou listrado, lenços de cor azul ou vermelha, etc. Havia também machados ou cutelos, facas e facões em grande profusão, anzóis aos milhares, pederneiras e fuzis, pólvora e chumbo, sacos de contas azuis, pretas e brancas, uma infinidade de espelinhos, agulhas, linhas, fitas e botões." (Wallace, 1979. Pg. 127).

3. Trocas, Violências e Significação Cultural: Mediações Indígenas na Amazônia do Século XIX.

A dinâmica das trocas não se restringia a utensílios e objetos funcionais; a cachaça também desempenhava papel relevante, embora proibida pela legislação indigenista da época. Missionários frequentemente solicitavam garrações de aguardente, e diversos relatos indicam que pequenas doses eram oferecidas aos indígenas, inclusive como pagamento pelo trabalho. Wallace (1979) narra uma situação em que o piloto indígena, embriagado, se tornou violento, sendo acalmado apenas com mais doses de cachaça:

“Na manhã seguinte, ele parecia muito deprimido e desapontado. De fato, a maior parte dos tapuias, ou índios semicivilizados, considera a embriaguez uma coisa muito vergonhosa, ficando deveras vexados quando lhes acontece de se embebedarem.” (Wallace, 1979, p. 57).

A violência simbólica nas trocas também se evidencia em situações nas quais objetos sagrados eram negociados por meio de persuasão. O príncipe Adalberto da Prússia, ao visitar a aldeia Tavaquara, relata o desejo de adquirir um arco decorado pertencente a um jovem Juruna. Ao perceber a relutância do menino, ele apela à mãe, oferecendo-lhe miçangas. A mulher, seduzida pelas contas, convence o filho a ceder o objeto:

“Por fim, embora com o coração apertado, cedeu submetendo-se à mais alta sabedoria de sua mãe de conformidade com aquela exposição, e o arco era meu!” (Adalberto, 2002 [1847], p. 285).

Tais episódios demonstram a necessidade de grande articulação por parte dos viajantes para obterem os objetos desejados, evidenciando o que afirma Maria Regina Celestino de Almeida:

“Na condição de colaboradores ou mesmo de vencidos, os índios buscavam seus próprios ganhos, ainda que fosse através da negociação de perdas.” (Almeida, 2013, p. 81).

Henry Bates (1979) complementa essa visão ao relatar a dificuldade de convencê-los a cederem objetos confeccionados por eles mesmos, sugerindo haver uma espécie de “superstição” ligada aos seus trabalhos. A leitura desses relatos nos leva a compreender as trocas como processos de ressignificação, onde os indígenas reinterpretavam a colonização conforme seus próprios interesses.

Márcio Couto Henrique (2018, p. 141) observa que:

“Apesar da grande admiração e interesse pelas ferramentas dos civilizados, os índios não se consideravam inferiores a eles. Ao contrário, os consideravam perigosos, inconvenientes e merecedores de seu ‘desdém compadecido’ [...] A posse de objetos da cultura material civilizada era considerada a partir de outros critérios; geralmente eram utilizados para satisfazer expectativas tradicionais.”

A partir da análise de Henrique (2018, p. 215), compreende-se que, do ponto de vista indígena, havia uma dimensão simbólica nas trocas com os não indígenas. Essas trocas não apenas proporcionavam acesso a mercadorias, mas também possibilitavam a construção de alianças, a obtenção de proteção ou o controle de possíveis ameaças externas.

“Os índios escolhem o tipo de objetos da cultura material não indígena que querem em suas aldeias.” (Henrique, 2018, p. 215).

Avé-Lallemant (1961 [1860], p. 103) observa que os indígenas adotavam apenas o que lhes fosse conveniente da cultura ocidental, excluindo tudo o que implicasse esforço. Gustavo Dodt (1981 [1873], p. 91), por sua vez, relata que os utensílios de ferro e aço tornaram o trabalho mais leve para os povos do rio Gurupi.

Dessa forma, as trocas na Amazônia do século XIX devem ser interpretadas a partir de uma lógica distinta da negociação ocidental. O valor atribuído pelos indígenas aos objetos era social e simbólico, e não meramente comercial. Como destaca Henrique (2013), os objetos trocados eram recontextualizados e integrados aos sistemas culturais indígenas:

“Os objetos são ‘processados’ pela trama social, sua inserção nas culturas indígenas é mediada pelos valores desta, num esforço constante de imprimir nestes objetos sua marca distintiva.”

4- Considerações finais

Nas últimas décadas, a historiografia brasileira tem avançado significativamente na valorização da história indígena, reconhecendo o protagonismo dessas populações. Este artigo busca inserir-se nesse movimento, contribuindo com a compreensão das articulações indígenas diante dos processos coloniais na Amazônia do século XIX. Ao evidenciar estratégias, ressignificações e resistências, pretende-se desconstruir estereótipos coloniais e revelar a complexidade das relações de troca entre indígenas e não indígenas. O indígena, longe de ser um agente passivo ou subalterno, demonstrou autonomia, inteligência estratégica e profunda compreensão das dinâmicas socioculturais envolvidas. Além de contribuir para a historiografia, este trabalho também visa colaborar com a aplicação da Lei 11.645/2008, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura indígena nas escolas brasileiras, oferecendo subsídios para um ensino mais crítico, contextualizado e descolonizado.

As práticas descritas pelos missionários, autoridades e viajantes do século XIX permitem compreender que os indígenas desenvolveram, ao longo do tempo, estratégias sofisticadas de negociação, barganha e adaptação cultural diante do avanço colonial e dos dispositivos de controle impostos pelo Estado e pela Igreja. A apropriação do batismo como forma de estabelecer redes de compadrio, a reincidência calculada em rituais cristãos com o objetivo de obter brindes, bem como a simulação de novidade identitária — como no caso dos Tembé que se faziam passar por “índios recentemente aldeados” — revelam uma agência indígena refinada, marcada pela astúcia e pela leitura atenta do jogo político-simbólico instaurado pelo colonizador.

Mesmo quando descritos sob lentes eurocêntricas — como nas acusações de “exigências absurdas” ou na imagem caricata do indígena “papagaio” — os relatos revelam, por contraste, a insistência dos povos originários em manter o controle sobre a lógica de troca e reciprocidade, subvertendo o sentido unívoco de catequese e civilização. A circulação de objetos, portanto, não deve ser compreendida apenas em termos materiais, mas sobretudo como campo de disputa simbólica, onde se articulam poder, resistência, cosmologia e negociação cultural.

Dessa forma, a pesquisa reforça a tese de que os indígenas, longe de serem sujeitos passivos diante da expansão imperial e missionária, foram protagonistas ativos das relações de troca, utilizando-as como meio de obtenção de vantagens, manutenção de autonomia relativa e reinvenção de suas práticas culturais. Em tempos de intensas transformações, a negociação com os brancos — mediada por objetos, presentes e alianças rituais — constitui-se como uma das expressões mais evidentes da inteligência política dos povos indígenas amazônicos.

A análise das trocas entre indígenas e não indígenas na Amazônia do século XIX desvela um quadro de intensas e complexas negociações culturais, no qual os povos indígenas

atuaram como protagonistas na construção de novas práticas e sentidos sociais. A incorporação e ressignificação de objetos e relações, longe de representar mera adaptação passiva, expressam estratégias de manutenção da autonomia e da integridade sociocultural frente às transformações impostas pela colonização. Ao iluminar tais protagonismos, este estudo propõe um redimensionamento da narrativa histórica amazônica, reconhecendo a centralidade dos saberes e práticas indígenas nos processos de formação da região. Ademais, sugere-se que futuras pesquisas aprofundem a análise das formas como essas práticas continuam a reverberar nas experiências indígenas contemporâneas.

5- REFERÊNCIAS

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, Secretaria da Presidência da Província. Série: Ofícios de autoridades eclesiásticas. Caixa 89. Ofício de José Antonio Alvarez para Manoel Paranhos da Silva Veloso. Gurupá, 8 ag. 1844.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: Identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013.

AMOROSO, Marta. “Mudança de hábito: Catequese e educação para índios nos aldeamentos capuchinhos”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 13, n. 37, São Paulo, junho 1998b, p. 101-114

BATES, Henry Walter. *Um naturalista no rio Amazonas*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1979.

CERQUEIRA, General Dionísio. *Reminiscências da fronteira*. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia Editores, 1928.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Antropologia do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CUNHA, Manuela Carneiro da. “Política indigenista nos século XIX”. In: *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998 (1992), pp. 133-154.

CUNHA, Manuela Carneiro da. “Introdução a uma história indígena”. In: *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998 (1992), pp. 9-24.

HENRIQUE, Márcio C. *Presente de branco: A perspectiva indígena nos brindes da civilização (Amazônia século XIX)*. *Revista Brasileira de história*, vol 37, nº 75. 2017. PP. 195-216.

Henrique, M. C. (2015). A perspectiva indígena das missões religiosas na Amazônia (Século XIX). *História Social*, 2(25), 133-156. Recuperado de

WALLACE, Alfred Russel. Viagens pelos rios Amazonas e Negro. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1979.

e MORAIS, Laura Trindade de. “Estradas líquidas, comércio sólido: índios e regatões na Amazônia (século XIX)”. Revista de História. São Paulo, n. 171, pp. 49-82, jul.-de

HENRIQUE, Márcio Couto. Sem Vieira, nem Pombal: índios na Amazônia do século XIX. Rio de Janeiro: edUERJ, 2018.